

LIGAÇÃO ESCOLA-EMPRESA: factor dinamizador do empreendedorismo

Ribeiro, Silva
sribeiro@esce.ips.pt

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal

I - O EMPREENDEDORISMO

Ao associarmos o sufixo nominativo *ismo* (sufixo que exprime as ideias de fenómenos, movimentos, tendências, doutrinas, etc.) à palavra empreendedor surge o termo *empreendedorismo*.

Se buscarmos num dicionário da língua portuguesa o significado da palavra empreendedor encontramos descrito algo como “*aquele que empreende; activo; arrojado*” ou, relativamente a empreender “*dar princípio a (uma empresa); intentar; decidir-se a; ter apreensões; cismar*”.¹

Procurando, ainda, aprofundar um pouco mais tais significados, vamos encontrar sinónimos associados a “atrevimento”, “coragem” e “animosidade”, mas também a “preocupação”, “cuidado” e “percepção”.

Ou seja, se por um lado o *empreendedorismo* tem, de alguma forma, correspondência com “acção”, por outro lado tem, mesmo que literalmente, alguma ligação com “reflexão”.

Contudo, o *empreendedorismo*, qualquer que seja o seu significado, mais ou menos amplo, consoante quem o pronuncia ou o objectivo do discurso, tem desempenhado um papel importante na dinâmica das relações económicas mundiais, todavia, existindo alguma evolução no conceito que lhe é associado.²

No século XI a burguesia considerava como empreendedor quem intervinha na produção dos bens destinados a venda, estando excluído desta designação quem organizava as trocas de mercadoria.

Nos séculos XII e XIII, já se considerava como empreendedor quem procurava, nos artesãos-camponeses, a matéria prima para transformar e que assumia a comercialização do produto acabado.

Nos séculos XVI e XVII o empreendedor era um indivíduo que se entregava a actividades especulativas, sendo colocado, segundo algumas teorias, na classe estéril ou improdutivo. Contudo, o empreendedor também era definido como um fazedor de projectos, aquele que punha em prática, de maneira concreta a partir de princípios claros e líquidos de bom senso e de honestidade, um projecto construtivo, distinguindo-se o empreendedor honesto e criador, do desonesto.

No século XVIII, o risco aparece associado ao empreendedor, sendo este então considerado como um agente económico que assumia os riscos.

No século XIX, era entendido por alguns autores que o empreendedor ocupava-se essencialmente da produção, combinando os factores de produção, o capital e o trabalho. No final deste século passa também a ser entendido como tarefa do empreendedor analisar o capital e o trabalho, determinar a amplitude e orientação da produção e o consumo.

No século XX começa-se a acentuar a associação da incerteza, da antecipação e da inovação ao papel do empreendedor e, até, a entender-se o empreendedor como agente de mudança económica e tecnológica.

Para a OCDE, o empreendedor é o que transforma eventos em oportunidades, cuja recompensa provem dos riscos e incertezas do seu investimento. Isto é, considera-se já de forma clara que o empreendedor é, também, um investidor que se caracteriza pela capacidade de rentabilizar o seu investimento.

Pelo anteriormente descrito constata-se uma clara evolução do conceito de empreendedor e diversificados significados, que vão desde simples “especulador” até a um agente económico que toma decisões estratégicas num ambiente económico incerto. No entanto, se bem que se possa entender como empreendedor qualquer indivíduo que empreende, independentemente da posse dos

¹ “*Dicionário da Língua Portuguesa*”; Porto Editora; 7ª Edição

² Conceitos retirados de CARVALHO, J.; “*Cultura Empresarial e Criação de Empresas*”; Edições Sílabo; 1999; pag. 70/79

meios necessários para as acções que são preconizadas realizar, interessa-nos hoje abordar o *empreendedor que cria a sua empresa*, sobretudo micro e pequenas empresas - ao que vulgarmente se atribui a designação de *empreendedorismo* - que, desde as últimas décadas do século XX, têm desempenhado um papel preponderante na criação de emprego, no produto interno bruto, na exportação e na modernização do tecido empresarial, não somente no panorama empresarial português, como também na grande maioria dos países europeus,³ apesar de na sua generalidade controlarem uma parte fraca do mercado e de realizarem fracos volumes de negócio, comparativamente às grandes empresas.⁴

II. – MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO DISTRITO DE SETÚBAL⁵

À semelhança do que acontece a nível nacional, de 1991 para 1997, registou-se um aumento significativo do número de micro e pequenas empresas no distrito de Setúbal.

Nos quadros seguintes procura-se apresentar tal evolução, com valores aproximados, utilizando-se como critério de dimensão o número de emprego:

Microempresa: menos de 10 trabalhadores

Pequena Empresa: de 10 a 49 trabalhadores

Tipo de Empresas	Empresas				Taxa média cresc ^o anual
	1991		1997		
	Número	%	Número	%	
Micro	7.350	80,2	10.980	84,7	6,93 %
Pequenas	1.540	16,8	1.710	13,2	1,77%
Restantes	270	3,0	270	2,1	-
Totais	9.160		12.960		

Tipo de Empresas	Emprego				Taxa média cresc ^o anual
	1991		1997		
	Número	%	Número	%	
Micro	25.260	25,3	35.500	31,4	5,8 %
Pequenas	27.160	27,2	32.230	28,5	1,34%
Restantes	47.420	47,5	45.340	40,1	-0,75 %
Totais	99.840		113.070		

Ou seja, em 1997, cerca de 84,7% do tecido empresarial do distrito de Setúbal era constituído por microempresas, que contribuíam com cerca de 31,4% do emprego.

As microempresas existentes em 1997, por sectores de actividade, eram as seguintes:

Actividade	Número	%
Comércio	4.230	38,49
Serviços	2.060	18,80
Turismo	1.820	16,58
Construção	1.080	9,88
Ind. Transform.	1.010	9,19
Outros	780	7,06

³ COSTA, H. e RIBEIRO P.; “Criação & Gestão de Micro-Empresas & Pequenos Negócios”, Edições Lidel; Vol. I; 1998; pág. XV

⁴ CARVALHO, J.; “Cultura Empresarial e Criação de Empresas”, Edições Sílabo; 1999; pag. 44

⁵ Dados retirados de “Breve caracterização do distrito de Setúbal”, Gabinete de Estudos do IAPMEI; Setembro de 1999

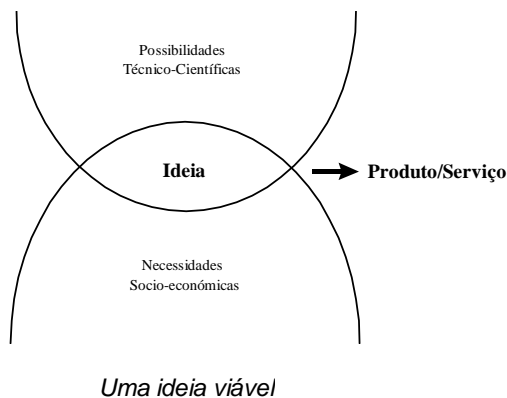
III. - CRIAR UMA EMPRESA: DA IDEIA À CONCRETIZAÇÃO

Como é óbvio, para se criar uma empresa haverá necessidade de, pelo menos, existir um empreendedor e um projecto.

Quanto ao empreendedor, está implícito a existência de um perfil e motivações pessoais conducentes à “acção”, ou seja, vontade e motivação para se ser empresário, propensão para o risco, capacidade de trabalho e de decisão. No que se refere ao projecto, este terá que possuir um mínimo de sustentabilidade. Um bom projecto com um mau empreendedor ou um bom empreendedor com um mau projecto estarão inexoravelmente condenados ao fracasso.

A ideia

O surgimento de um novo produto ou serviço ou, até, a entrada em negócios de produtos ou serviços já existentes, tem normalmente como origem uma ideia ou várias ideias surgidas num indivíduo ou pela participação conjunta de vários indivíduos. Em qualquer dos casos, uma ideia somente poderá vir a ter sucesso se corresponder a uma necessidade socio-económica e se existirem condições técnico-científicas viáveis para a sua realização.



Como fontes de ideias para a entrada em negócios de novos ou actuais produtos ou serviços (ou, até, de novos modelos de negócios) pode-se entender que a mais fecunda será a *observação* atenta à envolvente, passando pelas pequenas necessidades detectadas através de frases emitidas por outras pessoas ou pelas queixas ouvidas sobre o funcionamento e/ou funcionalidade de um qualquer produto.

De salientar, todavia, que qualquer novo produto ou serviço, deverá possuir *vantagens* relativamente a produtos ou serviços concorrentes ou que se pretendam substituir.

O Pré-Diagnóstico

A partir da ideia, ou das ideias - muito provavelmente ainda mal definida(s) - haverá que se proceder ao seu desenvolvimento por forma a torná-las mais claras e, assim, ajuizar-se da viabilidade da sua concretização.

Para o efeito, ter-se-á que procurar descrever o máximo possível em que **consiste** (especificações aproximadas, preços estimados, etc.), para que **serve** (qual a utilização a que se destina), como **funciona** (como responde aos requisitos da sua utilização) e quais as **vantagens** (qualidade, funcionalidade, preço) relativamente a produtos/serviços já existentes.

Com tais elementos será, em princípio, possível elaborar-se um “estudo” de mercado, mesmo que pouco aprofundado, que permita aferir dos volumes possíveis de procura.

Nota:

Com base na previsão de vendas e nos respectivos custos (de investimentos e de operação) poder-se-ão realizar estudos de viabilidade económica.

Será, em última análise, a viabilidade técnica e económica que permitirá a eleição da ideia desde que, evidentemente, ela se enquadre nos objectivos, capacidades e competências do empreendedor.

Estudo de Mercado

- Natureza consumidores
- Dimensão do mercado visado
- Produtos/serviços concorrentes e respectivas características (preço, qualidade, etc.)
- Volume esperado de vendas

O Diagnóstico

Clarificada a ideia e analisada a sua viabilidade técnico-científica e sócio-económica, haverá, então, que desenvolver o conceito do negócio e conceber de forma mais pormenorizada o projecto que se pretende implementar.

A análise da envolvente (condicionantes externas, sociais, políticas, económicas, tecnológicas, etc.) que podem afectar o negócio, a análise do mercado e da concorrência instalada, as competências internas requeridas para entrar no mercado com o mínimo de competitividade, possíveis fontes de financiamento e sistemas de incentivos, são alguns dos elementos necessários para a elaboração de um diagnóstico que permita uma primeira validação da decisão de entrada, bem como a definição de objectivos estratégicos, inerentes à formulação do projecto.

O Projecto

O projecto é um importante elemento, quer para a decisão final, quer como suporte para a sua implementação.

É através da elaboração do projecto, vulgarmente designado por “*Plano de Negócios*”, que são realizados estudos mais pormenorizados sobre as perspectivas de vendas, previsão de custos de funcionamento, investimentos necessários, acções de promoção, etc., e as correspondentes necessidades e formas de financiamento. Tais elementos permitirão uma última análise sobre a viabilidade/rendibilidade económica e financeira que, sendo positiva, será o “sinal verde” para o “arranque” de um novo empreendimento.

A Tramitação

Assegurados os meios financeiros (próprios e alheios), a criação da empresa passa, também, pela sua formalização. A determinação da forma jurídica da sociedade, registos, licenciamentos, etc. é um passo que, pouco tendo a ver com o empreendedor e com o projecto, se torna necessário como forma de oficializar o nascimento de uma nova “criança”. Tais formalidades estão, felizmente, cada vez mais aligeiradas.

A Implementação

Estabelecida a localização do empreendimento e realizados os investimentos (previamente planificados) inicia-se o “negócio”, dando-se, assim, corpo à ideia inicial (ou ajustada).

É a altura de se praticar a “Gestão” em toda a sua plenitude (planeamento, execução, controlo, avaliação e reajustamento, nas diversas áreas funcionais e no seu conjunto), iniciando a nova empresa o seu “ciclo de vida”.

IV. – A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NO EMPREENDEDORISMO

A vontade firme para se ser empresário (para a qual existe uma grande variedade de motivos) desperta o empreendedor para a prescatação de oportunidades de negócio e aproveitamento de novas ideias. Mas o encontro com tais oportunidades poderá, também, despertar a vontade de um indivíduo se tornar empresário.

Considerou-se inicialmente que o *empreendedorismo* se encontrava associado a “acção” (atrevidimento, coragem, animosidade) e a “reflexão” (preocupação, cuidado, percepção).

A sucinta descrição anterior sobre as etapas a percorrer desde a ideia até à sua concretização contém, em si, parte daquelas duas componentes essenciais na criação e no desenvolvimento de empresas.

Por exemplo, enquanto a ideia e a implementação requerem uma boa dose de “acção”, o pré-diagnóstico, o diagnóstico e a elaboração do projecto são já peças resultantes de uma “reflexão”, para a qual um empreendedor deverá possuir algumas qualificações.

Através do sistema educativo e de formação profissional, nas suas acções de formação inicial ou contínua (ao longo da vida), poderão ser transmitidos conhecimentos e adquiridas ferramentas que municiam os seus frequentadores com competências teóricas facilitadoras para o sucesso do *empreendedorismo*.

A aquisição de conhecimentos nas diversas áreas tecnológicas e, sobretudo, nas áreas associadas à gestão e organização de empresas, confere aptidões que poderão ser utilizadas na busca de ideias e detecção de oportunidades de novos negócios, na elaboração dos diagnósticos (estratégia, análise do mercado e da concorrência), na elaboração do plano de negócios (objectivos estratégicos, previsão de vendas e de custos, investimentos, análise económica e financeira, financiamento, etc.) e na gestão da nova empresa (planeamento, execução, controlo, avaliação e reajustamento).

Contudo, também poderá ter lugar nas escolas “a *promoção de um comportamento empreendedor*”... através do desenvolvimento de ... “*currículos que promovam a criatividade em detrimento de um mero gesto de reprodução passiva de informações*”.⁶

Disciplinas nas áreas da inovação ou nas áreas ligadas à criação de empresas (legislação comercial, obrigações legais e fiscais, tramitação para a criação de empresas, etc.), o desenvolvimento de projectos simulados de criação e gestão de empresas, a elaboração de trabalhos práticos sobre empresas ou outras organizações, estudos de casos, jogos de gestão, seminários, conferências e aulas abertas com a participação de empresários e quadros de empresas, estágios curriculares, são alguns exemplos que poderão, não somente fazer uma aproximação dos estudantes ao mundo real e facilitar a sua integração na vida activa mas, também, contribuir para a dinamização do *empreendedorismo*.

Conforme referido pelo conhecido empresário nacional Belmiro de Azevedo, “*a universidade tem por missão, muitas vezes esquecida, de ensinar a pensar, ser um centro de debate, de inovação, de forma a orientar os alunos e de os preparar para uma adaptação da iniciativa do sistema empresarial*”⁷

V. – A LIGAÇÃO ESCOLA-EMPRESA

Um processo tradicional de ligação entre o ensino superior e as empresas é a constituição das designadas infraestruturas tecnológicas (Parque de Ciência e Tecnologia, Centros de Inovação, incubadoras de empresas de base tecnológica), pólos de investigação e desenvolvimento e transferência de tecnologia através dos quais se tem promovido o desenvolvimento tecnológico de processos e produtos e a criação de novos produtos, bem como têm conduzido à criação de novas empresas inovadoras.

Também a formação de Centros de Investigação, de Estudos e de Formação, constituídos entre estabelecimentos de ensino, empresas, associações profissionais e entidades públicas, tem sido uma prática com resultados positivos, quer para os investigadores quer para a actividade económica, nomeadamente, através dos estudos, de projectos aplicados e de acções específicas no âmbito da formação profissional e especialização.

No entanto, a ligação entre o ensino superior e as empresas poderá, ainda, ser mais abrangente, como somatório de muitas “pequenas” acções, designadamente:

- A participação de entidades das empresas e outras organizações em órgãos consultivos (e, até, com participação decisória) dos estabelecimentos de ensino;
- A auscultação pelos estabelecimentos de ensino às empresas, no sentido de aferir das suas necessidades actuais e futuras em termos de pessoal qualificado, tendo em vista o ajustamento de currículos escolares e, até, da criação de novos cursos, de formação inicial ou contínua;
- A colaboração de empresas na leccionação de algumas disciplinas específicas;
- A celebração de protocolos de colaboração entre os estabelecimentos de ensino com empresas e outras organizações, na promoção de acções conjuntas (projectos de

⁶ “*Formar os empresários do futuro*”, Expresso; Caderno Emprego; 17 Maio 2001; pág. 9

⁷ “*Ensino Superior está desajustado da realidade*”, Vida Económica; 02-08 Fevereiro 2001

investigação ou aplicados) e no acolhimento de estudantes para a realização de estágios curriculares ou profissionais;

- A facilitação aos estudantes no acesso a visitas e recolha de informação necessários para a elaboração dos seus trabalhos de “campo” no âmbito da actividade escolar;
- Visitas de estudo.

Estas acções certamente que contribuirão para o estabelecimento de condições que transmitem ao ensino uma melhor adequação às necessidades das empresas e organizações.

Coloca-se agora a questão se a ligação escola-empresa é um factor dinamizador do *empreendedorismo*.

O facto de se registar um aumento significativo em Portugal, na Europa e nos EU's de infraestruturas tecnológicas e de incubadoras de novas empresas, em ligação com o ensino e as empresas é, por si só, um comprovante da sua promoção do *empreendedorismo*.

Mas, também, as tais “pequenas” acções anteriormente referidas entre o ensino e as empresas, serão mobilizadoras ou, pelo menos, estabelecerão condições favoráveis para uma maior dinâmica do *empreendedorismo* ao nível dos estudantes e da comunidade.

A realização sistemática de trabalhos práticos sobre empresas e as visitas de estudo, promovem o contacto dos estudantes com realidades e, conseqüentemente, serão indutoras de uma mudança cultural orientada para a actividade económica, antes desconhecida, despertando-os para a detecção de novas oportunidades.

O acolhimento pelas empresas de estudantes para a realização de estágios curriculares ou profissionais permitirá a observação e a prática de conhecimentos adquiridos, conferindo-lhes, também, alguma *endurance* necessária para a actividade empresarial.

A realização de cursos de formação contínua, com conteúdos adequados às necessidades da actividade económica, acrescerá competências aos indivíduos já inseridos na vida activa, favoráveis à constituição de novas empresas a partir de empresas existentes, os designados “*spin-offs*”.

Se bem que a dinâmica do *empreendedorismo* seja fortemente dependente do nível de envolvimento de vários actores, nomeadamente, do governo, das instituições financeiras, dos grupos de suporte (infraestruturas tecnológicas, incubadoras, etc.) e de acções promocionais, é inegável que a ligação escola-empresa, face ao anteriormente descrito, é, também, um factor dinamizador do *empreendedorismo*, sobretudo quando se cria nos estudantes valências técnicas e científicas e um cultura empresarial favorável à criação de empresas.

VI. – ESCE: UMA ESCOLA EM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

A **Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE)** é uma das Escolas do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), criada em Dezembro de 1994, com a função principal de intervir nas áreas das Ciências Empresariais, complementando as vertentes de Educação e de Tecnologia apresentadas pelas outras Escolas do IPS, a Escola Superior de Educação, as Escolas Superiores de Tecnologia de Setúbal e do Barreiro e a Escola Superior de Saúde.

São membros do Conselho Consultivo da **ESCE** dez individualidades representantes de organizações profissionais e empresariais, que muito têm contribuído para as linhas orientadoras das políticas a prosseguir nos domínios do ensino, da investigação, da cultura e da prestação de serviços à comunidade.

Iniciando a sua actividade com os cursos em **Contabilidade e Finanças e Gestão dos Recursos Humanos** e, no ano seguinte, com o curso em **Marketing**, a **ESCE** tem vindo a alargar a sua oferta em áreas inovadoras ou pouco exploradas no ensino superior, como é o caso do curso em **Gestão da Distribuição e da Logística** iniciado em 1997 e o curso de **Gestão de Sistemas de Informação** iniciado em 1999. Prevê-se que no início do próximo ano lectivo seja iniciado um novo curso de **Contabilidade e Finanças** em regime nocturno. Todos estes cursos foram elaborados e iniciados após auscultação a várias organizações da envolvente.

Desde o início do seu funcionamento que a **ESCE** persegue uma estratégia de diferenciação, estabelecendo uma cultura organizacional, orientada essencialmente para a vida empresarial, onde a participação, a democraticidade e os valores humanos, sejam pilares de actuação, procurando inculcar nos seus estudantes hábitos comportamentais necessários e apreciados na actividade económica, designadamente, capacidade de trabalho, cumprimento de horários, flexibilidade, espírito de iniciativa, vivência em grupo, etc..

Visando formar profissionais flexíveis que aliem ao conhecimento geral da gestão uma especialização em determinado domínio, todos os cursos que são ministrados na **ESCE** contêm disciplinas comuns que permitem uma ampla formação em gestão, abrangendo áreas como gestão geral, economia, finanças, contabilidade, recursos humanos, direito, métodos quantitativos, sistemas de informação, informática e marketing.

Todas as disciplinas têm aulas teóricas para a conceptualização e teorização das matérias e aulas práticas ou laboratoriais onde se realizam exercícios, estudos de casos, elaboração de trabalhos individuais ou em grupo.

Durante os quatro anos de licenciatura são realizados pelos estudantes cerca de duas dezenas de trabalhos práticos sobre organizações.

O espírito empreendedor é outra das vertentes prosseguida pelos cursos, existindo com frequência obrigatória a disciplina de “Criação de Empresas” através da qual se pretende fornecer aos estudantes os conhecimentos necessários e o incentivo para a criação da própria empresa. No âmbito desta disciplina, os estudantes terão que elaborar um projecto de criação de uma empresa, desde a ideia até à tramitação.

Como forma de aproximação à actividade profissional do futuro licenciado, após a conclusão da parte curricular da licenciatura, os estudantes terão que realizar um Estágio/Projecto Organizacional Aplicado, não inferior a três meses. O Estágio é realizado numa organização e consiste na vivência do dia a dia organizacional e na aplicação ou verificação prática do trabalho desenvolvido numa disciplina de “Projecto”. O Projecto Organizacional Aplicado é a resolução de um problema real de uma organização. O trabalho desenvolvido é sintetizado num relatório de estágio/projecto organizacional aplicado, objecto de discussão e avaliação por um júri constituído por docentes da escola e pelo orientador designado pela organização acolhedora.

Durante os seus cinco anos de funcionamento já foram realizados na **ESCE** cerca de 20 seminários e mais de 30 aulas abertas, nas mais diversas áreas, com a participação de individualidades externas provenientes de organizações económicas e sociais.

Algumas disciplinas já foram leccionadas em parceria com empresas.

A **ESCE** tem procurado, de forma insistente, uma forte ligação com a sua envolvente e, pelo anteriormente descrito, é um facto que muitas organizações, sobretudo do distrito de Setúbal, têm prestado uma prestimosa colaboração.

Ainda é muito cedo para se sustentarem resultados que possam validar esta “política de escola”. Contudo, dos cerca de 70 licenciados, para os quais foram obtidos estágios curriculares, quase na sua totalidade já se encontram integrados na vida activa.

... Alguns dos finalistas da **ESCE** já pensam em constituir a sua empresa!

Setúbal, 30 de Março de 2001